

**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar  
Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA**

CNPJ nº 24.232.886/0168-37

**Demonstrações Financeiras**

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais			
Ativo	Nota	2.017	2.016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.017	2.016
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.504.119	5.468.448	Fornecedores	10	782.236	2.132.497
Contas de receber	5	2.600.933	21.173.777	Honorários médicos	11	218.538	420.195
Estoques	6	2.241.116	2.437.583	Obrigações sociais e trabalhistas	12	2.591.932	2.532.301
Partes relacionadas	7	1.119.183	493.339	Obrigações fiscais		191.276	181.905
Outros ativos circulante		380.284	828.125	Receita diferida	13	4.328.753	24.055.695
		<b>7.845.635</b>	<b>30.401.272</b>	Outros passivos		27.123	2.250
						<b>8.139.858</b>	<b>29.324.843</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Provisão para descontinuidade	14	1.053.910	723.083
Depósitos judiciais	8	1.627.445	-			<b>1.053.910</b>	<b>723.083</b>
		<b>1.627.445</b>	-	<b>Patrimônio Líquido</b>			
Imobilizado	9	6.211.824	6.345.409	Patrimônio social		353.346	505.120
Intangível	9	559.526	563.065	Patrimônio líquido		(74.034)	(151.774)
(-) Subvenções a realizar	9	(6.771.350)	(6.908.474)	Deficit do exercício		279.312	353.346
		<b>1.627.445</b>	<b>1.627.445</b>			<b>279.312</b>	<b>353.346</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>9.473.080</b>	<b>30.401.272</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>9.473.080</b>	<b>30.401.272</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais</b>				<b>Demonstração do resultado Abrangente Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais</b>			
<b>Em 1º de Janeiro de 2.016</b>			<b>Patrimônio social</b>	<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>Total</b>	
Transferência			505.120	505.120		505.120	
Deficit do exercício			-	(505.120)		-	
<b>Em 31 de Dezembro de 2.016</b>			<b>505.120</b>	<b>(151.774)</b>		<b>(151.774)</b>	
Transferência			-	(151.774)		-	
Deficit do exercício			-	(74.034)		(74.034)	
<b>Em 31 de Dezembro de 2.017</b>			<b>353.346</b>	<b>(74.034)</b>		<b>279.312</b>	
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2.017 e 2.016 - Cifras apresentadas em reais.</b>				<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais</b>			
<b>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. À Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. <b>b) Contrato de Gestão - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 18 de agosto de 2.015, celebrou com a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará o Contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 05 (cinco) anos. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. <b>2. Base de Preparação:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial à Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 23 de Março de 2.018. <b>2.1. Base de Mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. <b>2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. <b>2.3. Uso de estimativas e julgamentos:</b> A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afe-				tam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: <b>• Nota 5 - Provisão para não realização das receitas diferidas;</b> <b>• Nota 9 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível;</b> <b>• Nota - Provisão para descontinuidade.</b> <b>3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:</b> As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. <b>a) Ativos circulantes e não circulantes:</b> <b>• Caixa e equivalentes de caixa:</b> Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. <b>• Contas a receber de clientes:</b> As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. <b>• Estoques:</b> Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. <b>• Imobilizado:</b> Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. <b>• Intangível:</b> Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. <b>b) Passivos circulantes e não circulantes:</b> Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. <b>c) Provisões:</b> Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. <b>d) Receita diferida:</b> As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). <b>Receita diferida - investimento:</b> Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. <b>e) Patrimônio social:</b> Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem caráter social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. <b>f) Receitas e despesas:</b> O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. <b>Receitas de subvenções custeio:</b> As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. <b>Custos e despesas:</b> Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Deficit do exercício</b>				<b>Deficit do exercício</b>			
<b>(74.034)</b>				<b>(74.034)</b>			
<b>Ajustado por:</b>				<b>Ajustado por:</b>			
Depreciação e amortização				Depreciação e amortização			
966.255				966.255			
<b>Deficit do exercício ajustados</b>				<b>Deficit do exercício ajustados</b>			
<b>892.221</b>				<b>892.221</b>			
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas de receber				Contas de receber			
18.572.844				18.572.844			
Estoques				Estoques			
196.467				196.467			
Outros ativos circulante				Outros ativos circulante			
447.841				447.841			
Depósitos judiciais				Depósitos judiciais			
(1.627.445)				(1.627.445)			
Fornecedores				Fornecedores			
1.350.261				1.350.261			
Honorários médicos				Honorários médicos			
(201.657)				(201.657)			
Obrigações sociais e trabalhistas				Obrigações sociais e trabalhistas			
59.631				59.631			
Obrigações fiscais				Obrigações fiscais			
9.371				9.371			
Partes relacionadas				Partes relacionadas			
(625.844)				(625.844)			
Receita diferida				Receita diferida			
(19.864.066)				(19.864.066)			
Outros passivos				Outros passivos			
24.873				24.873			
Provisão para descontinuidade				Provisão para descontinuidade			
30.827				30.827			
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>				<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>			
<b>(3.135.198)</b>				<b>(3.135.198)</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de ativo				Aquisições de ativo			
Imobilizado e intangível				Imobilizado e intangível			
(829.131)				(829.131)			
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>				<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>			
<b>(829.131)</b>				<b>(829.131)</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Subvenções governamentais				Subvenções governamentais			
-				-			
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>				<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>			
<b>-</b>				<b>-</b>			
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>				<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>			
<b>(3.964.329)</b>				<b>(3.964.329)</b>			
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>				<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício				No início do exercício			
5.468.448				5.468.448			
No fim do exercício				No fim do exercício			
1.504.119				1.504.119			
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>				<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>			
<b>(3.964.329)</b>				<b>(3.964.329)</b>			
pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. <b>g) Instrumentos financeiros:</b> <b>• Ativos financeiros não derivativos:</b> A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e empréstimos com partes relacionadas. <b>• Passivos financeiros não derivativos:</b> Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e honorários médicos.				pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. <b>g) Instrumentos financeiros:</b> <b>• Ativos financeiros não derivativos:</b> A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e empréstimos com partes relacionadas. <b>• Passivos financeiros não derivativos:</b> Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e honorários médicos.			
<b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				<b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
<b>Descrição</b>				<b>Descrição</b>			
<b>2.017</b>				<b>2.016</b>			
Caixa				Caixa			
3.000				3.000			
Banco conta movimento (a)				Banco conta movimento (a)			
1.501.119				1.501.119			
<b>1.504.119</b>				<b>1.504.119</b>			
(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.				(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.			
<b>5. Contas a Receber</b>				<b>5. Contas a Receber</b>			
<b>Descrição</b>				<b>Descrição</b>			
<b>2.017</b>				<b>2.016</b>			
Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará (a)				Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará (a)			
21.669.188				21.669.188			
(c) Provisão pela não realização das receitas diferidas (b)				(c) Provisão pela não realização das receitas diferidas (b)			
(19.068.255)				(19.068.255)			
<b>2.600.933</b>				<b>2.600.933</b>			
<b>a) Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará:</b>				<b>a) Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará:</b>			

Correspondem aos valores a receber junto à Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará, pela emissão de notas fiscais através de valores acordados via ofícios, respaldado pela celebração do contrato de gestão hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante 2.600.933. **b) Provisão pela não realização das receitas diferidas:** Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão para custeio das atividades operacionais hospitalares, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais da unidade hospitalar. A contrapartida da provisão está apresentada no passivo circulante na rubrica de receitas diferidas (nota explicativa nº 13).

**6. Estoques**  
**Descrição** **2.017** **2.016**  
 Medicamentos 1.107.146 1.430.114  
 Materiais hospitalares de consumo 513.691 505.393

**9. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar**  
**a) Composição: Itens**

Imobilizado	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos telefônicos	41.802	(13.727)	28.075	23.301
Equipamentos de informática	1.126.033	(375.392)	750.641	944.742
Máquinas, equipamentos e instrumentos médicos	5.121.311	(712.975)	4.408.336	2.971.362
Móveis e Utensílios	1.235.673	(210.901)	1.024.772	1.281.160
Adiantamento a fornecedores	7.524.819	(1.312.995)	6.211.824	6.345.409
<b>Total ativo imobilizado</b>	<b>15.049.643</b>	<b>(2.415.820)</b>	<b>12.633.823</b>	<b>11.295.912</b>

**Intangível**  
 Direito de uso de software 750.817 (191.291) 559.526 563.065  
**Total** **750.817** **(191.291)** **559.526** **563.065**

**Subvenções a realizar**  
 Subvenções governamentais \* (6.771.350) - (6.771.350) (6.908.474)  
**Total** **(6.771.350)** **-** **(6.771.350)** **(6.908.474)**

\* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, softwares de gestão e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada ao resultado com base no valor da depreciação correspondente aos bens.

**b) Movimentação**  
**Descrição** **Saldo em 31/12/16** **Adições e transferências** **Depreciação** **Saldo em 31/12/17**  
 Equipamentos telefônicos 29.005 12.797 - - 41.802  
 Equipamentos de informática 1.092.497 33.536 - - 1.126.033  
 Máquinas, equipamentos e instrumentos médicos 3.215.395 1.905.916 - - 5.121.311  
 Móveis e Utensílios 1.369.500 (133.827) - - 1.235.673  
 Adiantamento a fornecedores 1.124.844 (1.224.844) - - -  
 (-) Depreciação (485.832) - - - (485.832)  
**Total ativo imobilizado** **6.345.409** **693.578** **(827.163)** **6.211.824**  
 Direito de uso de software 615.263 135.554 - - 750.817  
 (-) Amortização (52.198) - (139.093) (191.291) -  
**Total ativo intangível** **563.065** **135.554** **(139.093)** **559.526**  
 Subvenções governamentais (6.908.474) (829.131) 966.255 (6.771.350) -  
**Total subvenções** **(6.908.474)** **(829.131)** **966.255** **(6.771.350)**

**c) Taxas de depreciação e amortização:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos telefônicos	20,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas, equipamentos e instrumentos médicos	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

**10. Fornecedores**  
**Descrição** **2.017** **2.016**  
 Materiais e medicamentos 284.934 1.613.366  
 Serviços de terceiros pessoa jurídica 497.302 498.893  
 Imobilizado 782.236 2.132.497  
**Total** **1.564.472** **4.244.652**

**11. Honorários Médicos:** Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.017	2.016
Honorários médicos pessoa jurídica	218.538	420.195
<b>Total</b>	<b>218.538</b>	<b>420.195</b>

**12. Obrigações Sociais e Trabalhistas**

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	858.965	801.506
Provisão dissídio coletivo (a)	112.848	361.493
FGTS	132.012	105.976
INSS	77.326	83.123
Provisão de férias e encargos	1.394.555	1.124.801
Outras	27.480	55.402
<b>Total</b>	<b>2.603.186</b>	<b>2.532.301</b>

**(a) Provisão para dissídio coletivo:** Em 31 de dezembro de 2017 corresponde ao dissídio coletivo do SINTHOSP, Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,85%, de setembro a dezembro de 2017. **13. Receita Diferida:** Corresponde aos valores pactuados com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização no custeio mensal e investimento em máquinas e equipamentos da unidade.

Descrição	2.017	2.016
Subvenção para investimento	362.719	1.021.405
Subvenção para custeio	23.034.289	23.034.289
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (a)	(19.068.255)	-
<b>Total</b>	<b>4.328.753</b>	<b>24.055.695</b>

**(a) Provisão pela não realização das receitas diferidas:** Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão com o Governo do Estado do Pará, para custeio das atividades operacionais da unidade hospitalar, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais. A contrapartida da provisão está apresentada no ativo circulante na rubrica de contas a receber (nota explicativa nº 5).

**14. Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correes-

Materiais de Higiene e limpeza	46.883	60.704
Materiais de Expediente e Impressos	64.840	46.226
Materiais Hospitalares de Reposição	19.850	46.433
Ortose e Próteses	330.704	244.975
Outros	158.002	103.738
<b>Total</b>	<b>2.241.116</b>	<b>2.437.583</b>

Descrição	2.017	2.016
Empréstimos entre unidades (a)	1.119.083	628.282
Pró-Saúde - Sede Administrativa	-	(129.943)
<b>Total</b>	<b>1.119.083</b>	<b>498.339</b>

**(a) - Empréstimos:** Corresponde a empréstimos concedidos a outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. **8. Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais no montante de R\$ 1.627.445, foi realizado em agosto de 2017 e corresponde a processo judicial em trâmite na justiça onde a Entidade está realizando as medidas legais e cabíveis para devolução dos valores.

Descrição	2.017	2.016
<b>Total</b>	<b>6.211.824</b>	<b>6.345.409</b>

**22. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.017	2.016
<b>Ativos</b>		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.504.119	5.468.448
Recebeíveis		
Contas a receber	2.600.933	21.173.177
Partes relacionadas	1.119.183	493.339
<b>Total</b>	<b>5.224.235</b>	<b>27.134.964</b>
<b>Passivos</b>		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	782.236	2.132.497
Honorários médicos	218.538	420.195
<b>Total</b>	<b>1.000.774</b>	<b>2.552.692</b>

**Risco de liquidez:** O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liqui-

dos com o caixa e equivalentes de caixa. O risco de liquidez é o risco de a Entidade não possuir recursos suficientes para honrar suas obrigações quando elas vencerem. O risco de liquidez é o risco de a Entidade não possuir recursos suficientes para honrar suas obrigações quando elas vencerem. O risco de liquidez é o risco de a Entidade não possuir recursos suficientes para honrar suas obrigações quando elas vencerem.

**23. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 25 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho de 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que ainda não foi julgado até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.017 por determinação do art. 3º, § 3º do Decreto nº 2.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10, que previu: "Art. 8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente." A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos.

**(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 17 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **24. Contribuições Sociais Usufruidas:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, é uma filial da Pró-Saúde, entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A partir de maio de 2017, após decisão do Supremo Tribunal Federal, a entidade passou a ser isenta da contribuição do PIS sobre as despesas com pessoal. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruidas foram:

Descrição	2.017	2.016
Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.493.941	1.324.058
Contribuição patronal ao INSS	4.039.766	2.977.587
PIS sobre folha de pagamento	76.499	-
<b>Total</b>	<b>5.610.206</b>	<b>4.301.645</b>

**25. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

**17. Despesas com Pessoal**  
**Descrição** **2.017** **2.016**  
 Salários e ordenados (10.266.553) (8.590.302)  
 Férias (1.500.929) (1.184.100)  
 Décimo terceiro salário (1.118.138) (853.107)  
 Insalubridade (812.647) (655.506)  
 Horas extras e adicionais (939.675) (638.657)  
 Auxílio Habitação (75.000) -  
 Ajuda de Custo - (11.000)  
 FGTS (1.190.549) (947.448)  
 Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS (387.549) (410.994)  
 Contribuição Patronal ao INSS (4.039.766) (2.977.587)  
 (-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS 4.039.766 2.977.587  
 PIS (111.514) (116.290)  
 (-) Isenção do PIS (a) 76.499 -  
 Outras (6.963.302) (802.639)  
**Total** **(16.947.357)** **(14.285.043)**

**(a) Em fevereiro de 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário nº 636.941/RS, onde decidiu que as entidades beneficiadas de assistência social que atendam aos requisitos legais, são isentas à contribuição ao PIS/Pasep. Assim, a partir de maio de 2.017 a entidade deixou de recolher a contribuição ao PIS sobre as despesas com pessoal, bem como, passou a registrar a isenção correspondente no resultado do exercício.**

**18. Serviços de Terceiros**  
**Descrição** **2.017** **2.016**  
 Serviços médicos de terceiros (12.617.653) (12.587.705)  
 Serviços de terceiros pessoa jurídica (5.319.690) (4.159.842)  
**Total** **(17.937.343)** **(16.747.547)**

**19. Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se ao cus-

to corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

Descrição	2.017	2.016
Medicamentos	(4.733.629)	(3.971.698)
Materiais de uso do paciente	(1.949.740)	(1.619.701)
Gêneros alimentícios	(343.853)	(280.350)
Ortose e prótese	(571.451)	(263.714)
Dieta enteral e parenteral	(186.354)	(142.295)
Gases hospitalares	(94.524)	(99.434)
Tecidos, confecções, uniformes e enxovais	-	(394.348)
Materiais de higiene e limpeza	(526.647)	(637.945)
Impressos e materiais de Expediente	(282.277)	(267.118)
Ajuste de inventário físico	(14.712)	(436.670)
Materiais de conservação e reparos	(132.527)	(282.957)
Materiais descartáveis	(68.977)	(124.736)
Outros	(283.514)	(284.952)
<b>Total</b>	<b>(9.188.205)</b>	<b>(8.805.918)</b>

**21. Despesas Gerais e Administrativas**

Descrição	2.017	2.016
Energia elétrica, água, telefone e internet	(1.394.784)	(1.124.657)
Depreciação e amortização	(966.255)	(510.026)
Manutenções	(220.014)	(199.324)
Prêmios de seguros	(98.819)	(67.782)
Condução e táxis	(49.430)	(71.099)
Viagens e ajuda de custo	(335.082)	(329.473)
Provisão de ativos irrecuperáveis	-	(393.750)
Outras	(220.265)	(147.421)
<b>Total</b>	<b>(3.307.193)</b>	<b>(2.843.532)</b>

**22. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.017	2.016
<b>Ativos</b>		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.504.119	5.468.448
Recebeíveis		
Contas a receber	2.600.933	21.173.177
Partes relacionadas	1.119.183	493.339
<b>Total</b>	<b>5.224.235</b>	<b>27.134.964</b>
<b>Passivos</b>		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	782.236	2.132.497
Honorários médicos	218.538	420.195
<b>Total</b>	<b>1.000.774</b>	<b>2.552.692</b>

**Risco de liquidez:** O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liqui-

dos com o caixa e equivalentes de caixa. O risco de liquidez é o risco de a Entidade não possuir recursos suficientes para honrar suas obrigações quando elas vencerem. O risco de liquidez é o risco de a Entidade não possuir recursos suficientes para honrar suas obrigações quando elas vencerem.

**23. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 25 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 28 de junho de 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que ainda não foi julgado até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.017 por determinação do art. 3º, § 3º do Decreto nº 2.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10, que previu: "Art. 8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente." A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos.

**(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 17 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **24. Contribuições Sociais Usufruidas:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, é uma filial da Pró-Saúde, entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A partir de maio de 2017, após decisão do Supremo Tribunal Federal, a entidade passou a ser isenta da contribuição do PIS sobre as despesas com pessoal. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruidas foram:

Descrição	2.017	2.016
Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.493.941	1.324.058
Contribuição patronal ao INSS	4.039.766	2.977.587
PIS sobre folha de pagamento	76.499	-
<b>Total</b>	<b>5.610.206</b>	<b>4.301.645</b>

**25. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

**Dom Eurico dos Santos Velloso**  
 Presidente  
**Michael Cansanção** - Contador local - CRC - PA 010610/O-2

**Jocelino Pablo Mews**  
 Diretor Geral da Pró-Saúde  
 Diretor Geral da Pró-Saúde

**Alba Lúcia**  
 Diretora Geral do Hospital  
**David Martins Ferreira** - Contador geral - CRC: 1SP 195.413/O-2 "S" - PA

**Tatiane Santos**  
 Diretora Financeira do Hospital

continuação

**Relatório dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Financeiras**

**Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA.** Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos contro-

lhos internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distor-

ção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belém, 23 de Março de 2018.

**LM Auditores Associados**  
CRC ZSP018.611/0-8

**Maurício Diácoli**  
CRC 1SP129.562/0-5 "S" - PA

Protocolo: 296193

**POSTO ICCAR LTDA**

CNPJ: 02.280.133/0006-07, torna público que requereu à SEMMA/Santa Izabel renovação da Licença de Operação nº 0405/2017 para atividade de Comércio Varejista de Combustíveis no Município de Santa Izabel do Pará/PA.

Protocolo: 296189

**NORTE HOTELARIA S/A.**

CNPJ/MF 05.441.787/0001-40

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCADO**

Ficam convocados os acionistas de Norte Hotelaria S/A. para as reuniões de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizarão em primeira convocação no dia 30/04/2018 às 16:00 e segunda chamada às 16:30 na sede social da empresa, sito a Av. Governador José Malcher, 485 a f m de deliberar sobre os seguintes assuntos: a) Apreciação do relatório da administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017; b) Fixação dos Honorários do conselho de administração e da diretoria; c) Aumento do Capital Social realizado pela incorporação de reservas e recursos próprios; d) Eleição do Conselho de Administração; e) eleição da Diretoria; f) Alteração Parcial dos Estatutos Sociais; g) o que ocorrer. Belém, 28 de Março de 2018. A Diretoria.

Protocolo: 296181

**JADE ENGENHARIA IND. COM. DE ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA**

Torna público que requereu junto à SEMMA/ITB, renovação da Licença de Operação - LO nº 062/2017, sob protocolo nº 194/2018, para atividade de Preparação de massa de concreto para construção em Itaituba/PA.

Protocolo: 296170

**BRASCOMP COMPENSADOS DO BRASIL S/A**

CNPJ (MF) 04.737.144/0001-86

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social, sito no Lote 2 Setor 1 Quadra 3, s/nº, Distrito Industrial, em Ananindeua - Pará, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/1976 com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Ananindeua (Pa) 28 de Março de 2018. Ari Zugman - Diretor Executivo.

Protocolo: 296174

**CHAOUKI AREF SAIDFAZ SALIMA**

Torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Francisco do Pará, a renovação da Licença de Atividade Rural nº 0006/2017 para a atividade de CRIAÇÃO DE BOVINOS.

Protocolo: 296178

**CASFRISA FRIGORÍFICO INDUSTRIAL****DE CASTANHAL LTDA - ME**

CNPJ Nº 34.899.773/0001-73, situada na Rodovia Castanhall Inhangapi, s/n, Km 7, Zona Rural, Castanhall-Pará, vem tornar público que recebeu da SEMAS/PA a LO Nº 11039/2018, válida até 11/03/2023, para a atividade de Matadouro e Frigoríf. co.

Protocolo: 296169

**MARTINS E AZEREDO AUTO POSTO LTDA**

CNPJ nº. 29.751.051/0001-37, torna público que requereu junto à SEMAM/TRAIRÃO, através do processo nº 022/2018, Licença de Operação, para a atividade de COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES em Trairão/PA.

Protocolo: 296173

**AVISO DE LICITAÇÃO****CONVITE Nº 006/2018**

**O SESI - DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARÁ**, através da Comissão Central de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, conforme abaixo:

OBJETO: Contratação de Empresa para Manutenção Preventiva (Lote 01) e Fornecimento e Instalação de Painel de Comando e Monitoramento (Lote 02), para atendimento de uma ETE - Estação de Tratamento de Efluentes, em funcionamento na Unidade Escola Sesi ANANINDEUA.

ABERTURA: 10 de abril de 2018.

LOCAL DA ABERTURA: Tv. Quintino Bocaiuva nº 1588/bairro de Nazaré/Belém do Pará.

HORÁRIO DA ABERTURA: 10:00 Horas (Horário Local).

O edital poderá ser retirado no endereço abaixo citado, em horário comercial e ainda

Solicitado pelo e-mail: licitacao@sesipa.org.br e no site da FIEPA - http://fepa.org.br/

Belém (PA), 02 de abril de 2018.

**NEILTON CARNEIRO DO NASCIMENTO**

Coordenador / Pregoeiro.

Comissão Central de Licitação do Sistema FIEPA

Protocolo: 296184

**CÂMARA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ****Aviso Licitação Deserta e Repetição Pregão****Presencial Nº PP SRP 002/2018-CPL-CMIP**

A Câmara Municipal de Ipixuna do Pará torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 002/2018 cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de Material de Consumo e material Permanente, não houve nenhum interessado em participar do certame, ocasionando em uma licitação DESERTA.

Diante do exposto, comunica aos interessados que a nova sessão de abertura realizar-se-á em 06/04/2018 às 09h00min. O edital referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados no prédio da referida Câmara Municipal, localizada na Trav. Padre Anchietá, Bairro Vila Nova, Ipixuna do Pará-PA, de segunda à sexta-feira de 08:00hrs às 13:00hrs, no email: camaradeipixuna@bol.com.br ou no mural de Licitações do TCM-PA. ARNALDO CORREIA LEITE JUNIOR - PRESIDENTE.

Protocolo: 296183

**SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia****Sociedade de Capital Autorizado**

CNPJ/MF 05.832.555/0001-13

NIRE/JUCEPA Nº 15.300.013.411

Capital Autorizado: R\$ 200.000.000,00

Capital Subscrito: R\$ 166.005.705,00

Capital Realizado: R\$ 166.005.705,00

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE****ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os acionistas da Sococo S.A. Agroindústrias da Amazônia, na forma prevista no Art. 124, da Lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 10 de abril de 2018, às 08:00 h, na sede da Companhia situada na Fazenda Sococo, à margem da Rodovia PA-252 (Moju-Acará), Km 38, Moju/PA, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (1) Em Assembleia Geral Ordinária: tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; proposta de destinação do resultado do exercício apresentada pela administração da Companhia; e, (2) Em Assembleia Geral Extraordinária: proposta de aumento de capital social da Companhia, com a consequente modificação do art. 5º do Estatuto Social; f) ação da remuneração dos administradores da Companhia.

Moju, PA, 02 de abril de 2018.

**José Givago Raposo Tenório**

Presidente do Conselho de Administração

Protocolo: 296187